



PROCESSO 8.107-8/2017
ASSUNTO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – ACÓRDÃO 29/2018 - PC
ÓRGÃO SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SECITEC
EMBARGANTE PAULO VITOR BORGES PORTELLA – ex-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Humano
ADVOGADOS UEBER R. DE CARVALHO – OAB/MT 4.754
VINÍCIUS MANOEL – OAB/MT 19.532-B
JHONATTAN D. V. GRIEBEL ELY – OAB/MT 22.011
RELATORA CONSELHEIRA INTERINA JAQUELINE JACOBSEN MARQUES

RELATÓRIO

1. Tratam os autos de Recurso de **Embargos de Declaração** interposto pelo Senhor Paulo Vitor Borges Portella, ex-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Humano, neste ato representado por seus Procuradores Dr. Ueber R. de Carvalho, OAB/MT 4.754, Dr. Vinícius Manoel, OAB/MT 19.532-B e Dr. Jhonattan D. V. Griebel Ely, OAB/MT 22.011, em face do **Acórdão 29/2018-PC**, proferido nos autos em referência, que julgou procedente a Tomada de Contas Especial, com condenação de restituição ao erário e aplicação de multas.

2. O Embargante sustentou que houve **omissão** no Voto condutor, do qual fui Relatora, tendo em vista que, em sua decisão, não foi mencionado documento de delação premiada, juntada aos autos pelo Embargante, que abrangia o contrato 003/2013/SETAS, objeto de apuração no Processo 14192/2016 e que, em tese, poderia comprovar que ele seria apenas um funcionário sem poder decisivo e, portanto, sem responsabilidade pelos atos apontados como irregularidades nos contratos ora analisados, a saber, Contratos 027/2013 e 048/2013.

3. Alegou ainda que houve omissão no Acórdão em relação aos argumentos defensivos, quanto à ausência das Ordens de Serviço nos Contratos, considerando que em sua defesa ele pontuou que os contratos celebrados não exigiam a entrega de Ordens de Serviços, mas apenas de Notas Fiscais.

4. Na forma regimental, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DA CONSELHEIRA SUBSTITUTA

Jaqueline Jacobsen Marques

Telefone: (65) 3613-2980

e-mail: gabjaquelinejacobsen@tce.mt.gov.br

2.116/2018, subscrito pelo Procurador Alisson Carvalho de Alencar, opinou pelo **CONHECIMENTO** dos Embargos de Declaração e, no mérito, pelo seu **NÃO PROVIMENTO**, uma vez que os argumentos do Embargante não ensejam o aprimoramento do Acórdão 29/2018-PC, não havendo omissão a ser sanada.

É o relatório.

Cuiabá, 31 de agosto de 2018.

(assinatura digital)

Jaqueline Jacobsen Marques

Conselheira Interina

Relatora

(Portaria 125/2017, DOC 1199, de 15/09/2017)